



## **Discurso de posse do conselheiro Marcos Loreto na presidência do TCE-PE**

Agradeço aos meus amigos aqui presentes, aos meus parentes, meus pais, minha família. Sei que é um momento de alegria para todos.

Quando pensamos numa voz para entoar o hino nacional nesta solenidade, senti objetivamente como é poderosa a mensagem da arte. Instantaneamente me veio a vontade de ouvir uma voz que traduzisse Pernambuco.

Fiquei feliz ao saber que Josildo Sá aceitou nosso convite e tocado diante da informação de que ele escolheu para este evento o nosso paletó de gala: o gibão. Fiquei honrado e percebi nisso o seu recado.

O uso do gibão me remeteu à aquela ponta distante fisicamente dos nossos gabinetes, ao cidadão para o qual o avanço ainda não está no acesso à internet, mas ainda na energia, que já passa ali perto de sua casa. A aquela família para a qual ainda não importa a qualidade da água - porque a água ainda é trazida na lata. Ainda há este cidadão: graças a Deus, hoje cada vez em menor número. Mas há.

É, em especial, para este cidadão que o TCE deve trabalhar, para garantir que ele seja alcançado pelas verbas públicas que auditamos.

Josildo, você, hoje, com seu gibão, representou esse cidadão nesta solenidade. Obrigado por sua mensagem - não vou esquecer.

Iniciei minha vida pública como um dos milhares de estudantes que se rebelaram contra o regime militar na década de 1980. Diante do entrosamento no sistema bipartidário daquele momento, ainda muito jovem integrei a equipe de oficiais de gabinete do Governo Miguel Arraes, que chegava do exílio.

Militei ao lado de Eduardo Campos de quem me tornei assessor parlamentar, depois técnico de sua equipe ministerial. Em seguida, chefe de gabinete nos meses iniciais do seu primeiro governo. Uma história construída com muito trabalho e com muita honra.

A questão pública foi o que sempre me moveu – em especial, o combate às desigualdades, não como convicção particular, mas como ideal político.

Minha estrada me permitiu conhecer absolutamente todos os municípios de Pernambuco e suas realidades. Quando aqui recebo representantes municipais, me transporto para aqueles cenários onde estive.

Ter tido essa possibilidade tem sido para mim algo de valor inestimável: ao lado do número, lembro-me da paisagem, do menino, da praça, da seca, da cheia, do drama, da festa.

Minha estrada me permitiu trabalhar em diversas repartições públicas, não só de Pernambuco como de Brasília: o Congresso, a Esplanada dos Ministérios. Estive em todos os estados brasileiros.

A vida pública me deu uma bagagem preciosa, que estendeu meu olhar e fortaleceu minhas convicções.

Assumo hoje, pela segunda vez, a presidência do Tribunal de Contas de Pernambuco, em dez anos de casa. Da primeira vez que estive neste cargo, substitui o saudoso conselheiro Fernando Correia, que se aposentou nesta função e partiu tão precocemente. Agora substituo o conselheiro Carlos Porto, que estava também no cargo de presidente quando cheguei ao TCE, em 2007, e tão bem me recebeu.

Dez anos se passaram. Neste curto período, nosso País passou por momentos extremamente díspares. Em 2009, a revista *The Economist* mostrou em sua capa o Cristo Redentor subindo ao céu como um foguete. Infelizmente, em 2013, quatro anos depois, ela trazia esse foguete de volta - rodopiando em queda.

Tudo mudou - e bem além da economia.

No país onde se dizia que só os pobres iam para a cadeia, nomes tidos como blindados estão presos.

O judiciário foi aclamado. Mas agora também vemos alguns dos seus personagens em polêmicas.

No meio empresarial idem.

Alguns profissionais liberais, também.

O mundo está pior? Não: o controle é que está melhor.

É imensa a contribuição que entidades como o Tribunal de Contas podem dar neste cenário.

A questão pública continua me movendo.

No TCE, a vida pública se dá em torno da fiscalização da aplicação da verba pública para que ela possa, de fato, diminuir desigualdades, promovendo a saúde, segurança, educação, emprego e renda. Sentimo-nos envolvidos nesta missão.

Temos aqui um corpo técnico de elite para isso, que honra Pernambuco. Destaco o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, e o governador do Estado, Paulo Câmara, ambos servidores concursados. Os senhores são orgulho para essa Casa.

Trago em mim ainda aqueles ideais do estudante da década de 1980. Faço parte da imensa legião de brasileiros que vê na corrupção um mal a ser combatido em todos os campos e níveis - dos funcionários fantasmas aos gestores que cometem irregularidades.

Sou por formação um legalista: bisneto do ex-juiz federal e também governador de Pernambuco, Sérgio Loreto. Meu avô, Sérgio Loreto Filho, foi professor catedrático da Faculdade de Direito do Recife. Meu pai, Sylvio Loreto, agora com 87 anos, aqui presente, também dedicou a vida ao ensino na Faculdade de Direito do Recife, que chegou a dirigir.

Tenho tios maternos também dedicados ao Direito e à política, atividades que parecem andarem juntas: o procurador aposentado dessa casa Gilvandro Coelho, o advogado e ex-deputado Fernando Coelho, o advogado e ex-prefeito de Olinda, Germano Coelho, para citar alguns.

Nesta quarta geração de pessoas do Direito na família, comprometo-me a, como eles, honrar esta ciência tão humana e encantadora. E como eles também terei todo o zelo com as garantias democráticas conquistadas pela sociedade brasileira a custa do sacrifício de tantas pessoas e suas famílias.

Vou trabalhar preservando a honra dos nossos jurisdicionados - sem pré-julgamentos ou julgamentos apressados. Proporcionaremos a todos, indistintamente, o amplo e sagrado direito de defesa. A pretexto de se combater a corrupção não se pode perder a memória sobre o esforço com o qual a sociedade brasileira conseguiu construir sua democracia, legado de valor inestimável.

Assumo, mais uma vez a Presidência dessa casa e, dentro do que está previsto, outras vezes estarei na mesma função.

Aqui existe um sistema que repete a roda da vida. Ela gira nos apontando para a necessidade do exercício de uma convivência saudável. Aqui, como na vida, a arte do entendimento é condição indispensável, embora haja, também de forma saudável, divergências.

Como toda entidade pública, temos um planejamento estratégico com a participação deste corpo técnico. Porém não somos burocratas frios engessados por definições prévias. Percebemos intempéries e desacertos como os trazidos pela política onde a União detém cerca de dois terços dos recursos públicos.

Vamos priorizar as Auditorias de Acompanhamento, que escolta obras públicas desde a publicação dos editais de licitação, sem esperar a possibilidade de dano ao erário. Uma atuação preventiva com consideráveis

economias de recursos. Nem sempre vêm da robustez da verba os bons resultados, mas da forma como ela é aplicada. O pernambucano Joaquim Nabuco já dizia:

“Há máquinas de felicidades dispendiosas, que funcionam com enorme desperdício, e há outras econômicas, que, com as migalhas da sorte, criam alegria para uma existência inteira”

Para nossa ação, solidificaremos laços com instituições parceiras como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e do Estado, o Ministério Público, a Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Civil entre outras.

Hoje o TCE tem o portal “Tome Conta”. Permite o cruzamento de dados pelo próprio cidadão a partir de buscas específicas. É o controle social objetivo, na prática. Uma ferramenta poderosa no combate a corrupção.

O nosso propósito ao fazermos esse tipo de trabalho é de disponibilizar nossos recursos técnicos e humanos em prol da eficácia da gestão executiva.

Temos esse papel de orientar gestores públicos, em especial, a partir da ação da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães. A entidade, com treinamentos disponíveis a jurisdicionados, passa a ser dirigida, a partir de hoje, pelo conselheiro Ranilson Ramos.

Venho fazendo parte da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, a Atricon, que vem sendo brilhantemente comandada pelo companheiro Valdecir Pascoal. Tenho orgulho em integrar o time que opera o programa

Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, lançado pela entidade em 2013 e que tem aprimorado trabalhos nos TCEs.

Integro-me à luta pela criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. A meu ver, a criação desta entidade seria tão saudável como tem sido o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa luta terá continuidade na gestão do novo presidente, Fábio Nogueira, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que aqui nos honra com sua presença. Obrigado, conselheiro, por ter prestigiado esta sessão.

Em todos os estados, independentemente de quadros populacionais, os tribunais de contas são integrados por sete conselheiros: quatro indicados pela Assembleia Legislativa, um pelo governador, um pelo Ministério Público de Contas e um pelos conselheiros substitutos. Há os que defendam que essas vagas deveriam ser preenchidas apenas por carreiras concursadas. Outros defendem que a forma atual reflete mais a sociedade.

No meu caso, que aqui cheguei por decisão da Assembleia Legislativa, defendo um meio termo, criando maior paridade quanto à origem dessas indicações. Porém, entendo que essa origem em si está longe de oferecer garantias plenas quanto a questões de condutas.

Estou chegando ao fim de minhas palavras e chego ao momento dos agradecimentos.

Como falei, somos sete conselheiros e estamos juntos há alguns anos, dentro de uma convivência extremamente agregadora. Faço um

agradecimento a esses meus colegas pela escolha do meu nome, por aclamação, para dirigir esta Casa pelos próximos dois anos.

A Dirceu Rodolfo, vice-presidente, jurista dos mais brilhantes que conheço, um coração gigante onde cabem todos,

A João Henrique Campos, agora corregedor, amigo de 30 anos, advogado que sempre traz um olhar enriquecedor ao debate jurídico,

A Ranilson Ramos, diretor da Escola de Contas, sertanejo, experiente na gestão, contribui todos os dias trazendo a realidade do povo mais sofrido,

A Teresa Duere, Ouvidora, constantemente atenta em aproximar o Tribunal da sociedade,

A Valdecir Pascoal, presidente da Primeira Câmara, que engrandece qualquer lugar onde esteja, orgulho para essa casa,

A Carlos Porto, Presidente da Segunda Câmara, nosso decano, experiência acumulada e compartilhada com todos nós.

Saúdo aqui nosso novo auditor geral, Marcos Flávio, estando certo de que a Auditoria continuará dando a esta instituição o mesmo brilho que deu Carlos Pimentel. Saúdo também o procurador geral, Cristiano Pimentel e Germana Laureano, recém-eleita para o cargo. Tenho a certeza da continuidade do trabalho brilhante que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público de Contas.

A todos os servidores do Tribunal de Contas, asseguro-lhes desde já que as portas do meu gabinete estarão permanentemente abertas. Quero ouvir sugestões construtivas que agreguem ao nosso trabalho.

Aos meus pais Sylvio e Liana, à minha esposa Paula Imperiano e aos meus filhos, Beatriz e Heitor, pela eterna parceria. Todos haverão de me inspirar para que possa estar à altura do honroso cargo que acabo de assumir.

Quero, em janeiro de 2020, quando estiver passando a Presidência ao meu sucessor, ter em mim as palavras do apóstolo Paulo “combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé”.

Nessa caminhada não vou esquecer-me de buscar inspiração na sabedoria dos poetas, como Carlos Drummond de Andrade que disse:

“Pois de amor andamos todos precisados. Em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, perdoar e seguir em frente.

Muito obrigado!

**Marcos Loreto**